

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 • NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....</b>	<b>47</b>
1. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL.....	47
2. MODELO COOPERATIVO DE PROCESSO .....	48
3. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO .....	49
4. NORMAS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE .....	51
5. SÚMULAS.....	90
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	91
7. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	92
8. ENUNCIADOS DO FNPP.....	92
9. ENUNCIADOS DO CJF .....	92
10. INFORMATIVOS.....	93
11. SINOPSE.....	94
<b>CAPÍTULO 2 • JURISDIÇÃO .....</b>	<b>95</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	95
2. OBJETIVOS.....	96
3. “EQUIVALENTES JURISDICIONAIS” .....	96
4. ARBITRAGEM .....	97
5. CARACTERÍSTICAS .....	100
6. PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO .....	101
7. ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO .....	105
8. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	106
9. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL.....	109
10. SÚMULAS.....	112
11. INFORMATIVOS.....	113
12. SINOPSE.....	114
<b>CAPÍTULO 3 • AÇÃO.....</b>	<b>115</b>
1. TEORIAS SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE AÇÃO .....	115
2. CONCEITO.....	117
3. CONDIÇÕES DA AÇÃO .....	117
3.1. Legitimidade das partes.....	120
3.2. Interesse processual .....	122

4. AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	123
5. ELEMENTOS.....	124
6. CLASSIFICAÇÃO.....	125
7. SÚMULAS.....	127
8. ENUNCIADOS DO FPPC.....	128
9. ENUNCIADOS DO FNPP.....	128
10. INFORMATIVOS.....	128
11. SINOPSE.....	134
<b>CAPÍTULO 4 • COMPETÊNCIA.....</b>	<b>135</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	135
2. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA.....	136
3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	140
4. COMPETÊNCIA INTERNA CIVIL.....	141
5. CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	142
5.1. Critério objetivo.....	142
5.2. Critério territorial.....	144
5.3. Critério funcional.....	150
6. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA.....	151
7. MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	154
7.1. Conexão e continência.....	156
7.2. Foro de eleição.....	163
8. DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	166
9. COOPERAÇÃO NACIONAL.....	174
10. SÚMULAS.....	174
11. ENUNCIADOS DO FPPC.....	177
12. INFORMATIVOS.....	178
13. SINOPSE.....	181
<b>CAPÍTULO 5 • PARTES E PROCURADORES.....</b>	<b>183</b>
1. CONCEITO DE PARTES.....	183
2. TEORIA GERAL DAS CAPACIDADES: CAPACIDADE DE SER PARTE E CAPACIDADE PROCESSUAL.....	184
3. INCAPAZES E CAPACIDADE PROCESSUAL.....	186
4. PESSOAS JURÍDICAS E ENTES DESPERSONALIZADOS.....	189
5. MINISTÉRIO PÚBLICO, TERCEIRO INTERVENIENTE E ASSISTENTE.....	192
6. PROCURADORES E CAPACIDADE POSTULATÓRIA (“JUS POSTULANDI”).....	192
7. DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....	197
8. RESPONSABILIDADE DAS PARTES POR DANO PROCESSUAL.....	197
9. SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	198
10. SÚMULAS.....	199
11. INFORMATIVOS.....	199
12. SINOPSE.....	200

<b>CAPÍTULO 6 • DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....</b>	<b>203</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	203
2. DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....	203
2.1. Especificação dos deveres .....	204
2.2. Atos atentatórios à dignidade da justiça, advertência e aplicação de multa.....	211
2.3. Impossibilidade de cumprimento, pelo representante judicial, da obrigação imposta por decisão judicial .....	213
2.4. Vedação ao emprego de expressões ofensivas.....	214
3. RESPONSABILIDADE DAS PARTES POR DANO PROCESSUAL.....	214
3.1. Litigância de má-fé.....	215
3.2. Multa.....	219
3.3. Indenização.....	221
4. ENUNCIADOS DO FPPC .....	222
5. ENUNCIADOS DO FNPP .....	222
6. INFORMATIVOS.....	222
7. SINOPSE.....	223
<b>CAPÍTULO 7 • DESPESAS, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E MULTAS .....</b>	<b>225</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	225
2. DESPESAS PROCESSUAIS .....	226
2.1. Definição .....	226
2.2. Distinção entre despesas processuais e custas judiciais .....	226
2.3. Dispensa de pagamento .....	226
2.4. Suspensão de exigibilidade .....	227
2.5. Responsabilidade pelo adiantamento.....	227
2.6. Responsabilidade pelo pagamento.....	227
2.7. Despesas relativas à realização de prova pericial .....	227
2.8. “Cautio pro expensis” .....	228
2.9. Despesas relacionadas ao adiamento ou à repetição de atos.....	230
2.10. Sentença sem resolução de mérito e propositura de nova ação .....	230
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	230
3.1. Definição .....	230
3.2. Condenação do vencido ao pagamento de honorários advocatícios .....	231
3.3. Critérios de aferição e limites de fixação.....	232
3.4. Limites de fixação contra a Fazenda Pública .....	233
3.5. Honorários advocatícios e carga eficaz do ato decisório definitivo.....	235
3.6. Honorários e cumprimento de sentença.....	236
3.7. Honorários e cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	237
3.8. Causas de inestimável ou irrisório proveito econômico.....	238
3.9. Ação de indenização por ato ilícito contra pessoa .....	238
3.10. Perda do objeto.....	239
3.11. Honorários de sucumbência recursal.....	239
3.12. Embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes.....	241
3.13. Titularidade dos honorários de sucumbência.....	241
3.14. Natureza e privilégios dos honorários de sucumbência .....	242

3.15. Impossibilidade de compensação dos honorários de sucumbência .....	242
3.16. Impossibilidade de inversão, em caso de sucumbência recíproca, da responsabilidade pelo pagamento dos honorários de sucumbência .....	243
3.17. Pagamento efetuado em favor da sociedade de advogados .....	243
3.18. Juros moratórios.....	244
3.19. Atuação do advogado em causa própria.....	244
3.20. Omissão do ato decisório definitivo em relação à condenação sucumbencial .....	244
3.21. Pagamento de honorários de sucumbência aos advogados públicos .....	244
<b>4. DISPOSIÇÕES COMUNS ENTRE DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....</b>	<b>245</b>
4.1. Sucumbência recíproca.....	245
4.2. Cumulação subjetiva de ações .....	245
4.3. Procedimentos de jurisdição voluntária .....	245
4.4. Desistência, renúncia e reconhecimento do pedido .....	246
4.5. Transação .....	246
<b>5. MULTAS.....</b>	<b>246</b>
5.1. Definição e outras considerações .....	246
5.2. Destinação .....	247
5.3. Fundo de Modernização do Poder Judiciário.....	248
<b>6. SÚMULAS.....</b>	<b>248</b>
<b>7. ENUNCIADOS DO FPPC .....</b>	<b>249</b>
<b>8. ENUNCIADOS DO FNPP .....</b>	<b>249</b>
<b>9. ENUNCIADOS DA ENFAM.....</b>	<b>250</b>
<b>10. ENUNCIADOS DO CJF .....</b>	<b>250</b>
<b>11. INFORMATIVOS.....</b>	<b>250</b>
<b>12. SINOPSE.....</b>	<b>253</b>
<b>CAPÍTULO 8 • GRATUIDADE DA JUSTIÇA.....</b>	<b>255</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	255
2. OBJETO .....	255
2.1. Concessão parcial do benefício e parcelamento de valores .....	257
2.2. Não alcance das multas processuais .....	258
3. REQUISITOS .....	258
4. CONCESSÃO, DENEGAÇÃO, IMPUGNAÇÃO E REVOGAÇÃO.....	259
5. PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELO BENEFICIÁRIO .....	261
6. SÚMULAS.....	261
7. ENUNCIADOS DO FPPC .....	262
8. INFORMATIVOS DO STJ .....	262
9. SINOPSE.....	264
<b>CAPÍTULO 9 • LITISCONSÓRCIO .....</b>	<b>267</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	267
2. CONCEITO.....	268

3. JUSTIFICATIVA.....	268
4. CLASSIFICAÇÃO.....	268
4.1. Ativo, passivo e misto (ou recíproco).....	268
4.2. Inicial e ulterior .....	269
4.3. Facultativo e necessário .....	269
4.4. Unitário e simples .....	272
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE LITISCONSÓRCIO SIMPLES, UNITÁRIO, FACULTATIVO E NECESSÁRIO.....	273
6. HIPÓTESES DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO .....	275
7. LIMITAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO .....	276
8. TRATAMENTO DOS LITISCONSORTES .....	278
9. ALGUMAS REPERCUSSÕES PROCESSUAIS DA FORMAÇÃO LITISCONSORCIAL.....	280
9.1. Relação jurídica plurilateral a envolver titulares do mesmo direito.....	280
9.2. Convocação do litisconsórcio ativo unitário e opção .....	280
9.3. Integração de litisconsórcio unitário a partir da fase instrutória .....	281
9.4. Prazo para os litisconsortes .....	281
9.5. Andamento do processo e intimação dos atos processuais.....	282
9.6. Proferimento de sentença definitiva sem integração do contraditório .....	283
9.7. Despesas processuais .....	283
10. SÚMULAS.....	284
11. ENUNCIADOS DO FPPC .....	284
12. INFORMATIVOS.....	284
13. SINOPSE.....	286
<b>CAPÍTULO 10 • INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....</b>	<b>289</b>
1. CONCEITOS E ESPECIFICIDADES.....	289
2. NATUREZA JURÍDICA .....	290
3. CLASSIFICAÇÃO.....	290
4. MODALIDADES.....	291
5. CABIMENTO .....	292
6. RESTRIÇÕES (ATUAIS E ANTIGAS).....	292
7. INTERVENÇÕES DE TERCEIROS EM ESPÉCIE .....	294
7.1. Assistência.....	294
7.1.1. Conceito .....	294
7.1.2. Interesse legitimador .....	294
7.1.3. Cabimento.....	295
7.1.4. Espécies.....	297
7.1.5. Procedimento.....	298
7.1.6. Regime Jurídico .....	299
7.1.7. Recurso do terceiro prejudicado .....	302
7.2. Denúnciação da lide.....	302
7.2.1. Conceito e especificidades .....	302
7.2.2. Hipóteses de cabimento .....	303
7.2.3. Distinções .....	306

7.2.4.	Facultatividade .....	306
7.2.5.	Denúnciação sucessiva, “per saltum” e coletiva .....	307
7.2.6.	Procedimento .....	308
7.2.7.	Denúnciação de seguradoras .....	312
7.3.	Chamamento ao processo .....	313
7.3.1.	Conceito e especificidades .....	313
7.3.2.	Hipóteses de cabimento .....	314
7.3.3.	Procedimento .....	317
7.4.	Incidente de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica .....	319
7.4.1.	Considerações Iniciais .....	319
7.4.2.	Aspectos Materiais .....	319
7.4.3.	DesconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica inversa (ou às avessas) .....	320
7.4.4.	Aspectos Procedimentais .....	321
7.5.	“Amicus curiae” .....	328
7.5.1.	Considerações iniciais .....	328
7.5.2.	Natureza jurídica .....	329
7.5.3.	“Amicus curiae” público e privado .....	329
7.5.4.	Cabimento .....	330
7.5.5.	“Amicus curiae” voluntário ou provocado .....	331
7.5.6.	Requisitos .....	332
7.5.7.	Decisão de admissibilidade irrecorrível .....	333
7.5.8.	Poderes .....	333
7.5.9.	Argumentos .....	335
8.	INTERVENÇÃO NEGOCIADA DE TERCEIROS .....	335
9.	SÚMULAS .....	337
10.	ENUNCIADOS DO FPPC .....	337
11.	ENUNCIADOS DO FNPP .....	337
12.	ENUNCIADOS DO CJF .....	337
13.	INFORMATIVOS .....	338
14.	SINOPSE .....	340
<b>CAPÍTULO 11 • AUXILIARES DA JUSTIÇA .....</b>		<b>343</b>
1.	JUIZ .....	343
2.	AUXILIARES DA JUSTIÇA .....	345
2.1.	Auxiliares permanentes .....	345
2.2.	Auxiliares eventuais .....	347
2.3.	Mediador e conciliador .....	349
3.	SÚMULAS .....	350
4.	ENUNCIADOS DO FPPC .....	351
5.	ENUNCIADOS DO FNPP .....	351
6.	ENUNCIADOS DA ENFAM .....	351
7.	ENUNCIADOS DO CJF .....	351
8.	SINOPSE .....	351

<b>CAPÍTULO 12 • IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO.....</b>	<b>353</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	353
2. HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO.....	353
3. HIPÓTESES DE SUSPEIÇÃO.....	356
4. ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO OU DE SUSPEIÇÃO.....	357
5. SÚMULAS.....	359
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	359
7. INFORMATIVOS.....	359
8. SINOPSE.....	360
<b>CAPÍTULO 13 • MINISTÉRIO PÚBLICO.....</b>	<b>363</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	363
2. PRINCÍPIOS.....	365
3. GARANTIAS.....	365
4. VEDAÇÕES .....	366
5. O MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL.....	367
6. ÓRGÃO AGENTE.....	367
7. ÓRGÃO INTERVENIENTE .....	368
8. PRERROGATIVAS .....	369
9. RESPONSABILIDADE CIVIL .....	369
10. SÚMULAS.....	370
11. ENUNCIADOS DO FPPC .....	370
12. ENUNCIADOS DO CJF .....	371
13. INFORMATIVOS.....	371
14. SINOPSE.....	374
<b>CAPÍTULO 14 • ADVOCACIA PÚBLICA.....</b>	<b>377</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	377
2. BENEFÍCIO DO PRAZO EM DOBRO .....	377
3. INTIMAÇÃO PESSOAL .....	378
4. RESPONSABILIDADE CIVIL .....	379
5. SÚMULAS.....	379
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	379
7. ENUNCIADOS DO FNPP.....	380
8. ENUNCIADOS DO CJF .....	380
9. SINOPSE.....	380
<b>CAPÍTULO 15 • DEFENSORIA PÚBLICA .....</b>	<b>381</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	381
2. REPRESENTAÇÃO DA PARTE PELA DEFENSORIA PÚBLICA .....	381
3. BENEFÍCIO DO PRAZO EM DOBRO .....	382

4. INTIMAÇÃO PESSOAL .....	382
5. DEFESA DOS INTERESSES COLETIVOS .....	383
6. INTERVENÇÃO COMO CUSTOS <i>VULNERABILIS</i> .....	384
7. RESPONSABILIDADE CIVIL .....	385
8. ENUNCIADOS DO FPPC .....	385
9. ENUNCIADOS DO CJF .....	385
10. SINOPSE.....	386

## **CAPÍTULO 16 • PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS..... 387**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	387
2. PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA.....	388
3. PRESSUPOSTOS (REQUISITOS) PROCESSUAIS DE VALIDADE .....	389
4. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS EXTRÍNSECOS NEGATIVOS .....	392
5. PRESSUPOSTO PROCESSUAL INTRÍNSECO.....	394
6. RECONHECIMENTO (OU NÃO) DE OFÍCIO .....	394
7. SISTEMA DE INVALIDADES E OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	395
8. SÚMULAS.....	395
9. ENUNCIADOS DO FPPC .....	395
10. SINOPSE.....	396

## **CAPÍTULO 17 • ATOS PROCESSUAIS ..... 397**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	397
2. FORMA.....	397
2.1. Instrumentalidade das formas .....	398
2.2. Uso da língua portuguesa.....	399
3. PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	400
4. ATOS EM GERAL .....	400
5. TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS .....	406
6. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS.....	408
7. CALENDARIZAÇÃO PROCESSUAL .....	410
8. PRÁTICA ELETRÔNICA DE ATOS PROCESSUAIS .....	411
9. ENUNCIADOS DO FPPC .....	414
10. ENUNCIADOS DO FNPP .....	417
11. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	417
12. ENUNCIADOS DO CJF .....	417
13. INFORMATIVOS.....	418
14. SINOPSE.....	418

## **CAPÍTULO 18 • PRAZOS PROCESSUAIS ..... 421**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	421
2. CLASSIFICAÇÕES DOS PRAZOS PROCESSUAIS.....	421



2.1. Prazos legais, judiciais e convencionais .....	421
2.2. Prazos comuns e particulares .....	422
2.3. Prazos próprios e impróprios .....	423
2.4. Prazos peremptórios e dilatórios .....	424
3. COMEÇO DO PRAZO E COMEÇO DA CONTAGEM DO PRAZO .....	424
3.1. Disposições gerais .....	424
3.2. Disposição relativa à intimação eletrônica .....	426
4. FORMA DE CONTAGEM DOS PRAZOS PROCESSUAIS .....	426
5. SUSPENSÃO DO PRAZO PROCESSUAL .....	429
6. PRECLUSÃO TEMPORAL E JUSTA CAUSA .....	431
7. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS .....	432
8. RENÚNCIA AO PRAZO .....	433
9. PRÁTICA DO ATO PROCESSUAL ANTES DO TERMO INICIAL .....	433
10. CONTAGEM DO PRAZO EM DOBRO PARA LITISCONSORTES COM PROCURADORES DIFERENTES .....	434
11. SÚMULAS .....	435
12. ENUNCIADOS DO FPPC .....	435
13. ENUNCIADOS DO FNPP .....	436
14. ENUNCIADOS DA ENFAM .....	436
15. ENUNCIADOS DO CJF .....	436
16. SINOPSE .....	436
<b>CAPÍTULO 19 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>439</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	439
2. CITAÇÕES .....	439
2.1. Comunicação da decisão ao réu não citado .....	440
2.2. Comparecimento espontâneo do réu .....	441
2.3. Destinatários da citação .....	442
2.4. Casos especiais .....	443
2.5. Impedimentos legais .....	446
2.6. Caráter itinerante .....	447
2.7. Citação do militar .....	447
2.8. Tempo e lugar .....	448
2.9. Efeitos .....	448
2.10. Modalidades e classificação .....	450
2.10.1. Pelos correios .....	451
2.10.2. Pelo oficial de justiça .....	452
2.10.3. Por hora certa .....	454
2.10.4. Por Edital .....	455
2.10.5. Pelo escrivão ou chefe de secretaria .....	458
2.10.6. Por meio eletrônico .....	458
2.11. Citação dos Confinantes na Ação de Usucapião de Imóvel .....	460
3. INTIMAÇÕES .....	460
3.1. Modalidades .....	460

3.1.1.	Por meio eletrônico .....	461
3.1.2.	Pela publicação no Diário da Justiça .....	461
3.1.3.	Pelo correio .....	462
3.1.4.	Por Oficial de Justiça.....	463
3.2.	Casos especiais .....	464
3.3.	Nulidade de intimação .....	465
4.	CARTAS .....	466
4.1.	Modalidades .....	467
4.2.	Requisitos .....	467
4.3.	Transmissão das cartas.....	468
4.4.	Processo de cumprimento .....	469
4.5.	Particularidades da carta rogatória.....	470
5.	SÚMULAS.....	470
6.	ENUNCIADOS DO FPPC .....	471
7.	ENUNCIADOS DO FNPP .....	472
8.	INFORMATIVOS.....	472
9.	SINOPSE.....	473
<b>CAPÍTULO 20 • INVALIDADES PROCESSUAIS .....</b>		<b>475</b>
1.	EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA .....	475
2.	DEFEITO E INVALIDADE .....	476
3.	PREJUÍZO E INVALIDADE .....	476
4.	NULIDADES PROCESSUAIS ABSOLUTAS E RELATIVAS .....	478
5.	INTERDEPENDÊNCIA DOS ATOS PROCESSUAIS .....	479
6.	BOA-FÉ PROCESSUAL E VEDAÇÃO DO VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM .....	479
7.	NULIDADE DECORRENTE DA FALTA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ...	480
8.	CONVALIDAÇÃO DO ATO.....	480
9.	ENUNCIADOS DO FPPC .....	481
10.	INFORMATIVOS.....	481
11.	SINOPSE.....	482
<b>CAPÍTULO 21 • DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO.....</b>		<b>485</b>
1.	REGISTRO .....	485
2.	DISTRIBUIÇÃO .....	485
3.	ENUNCIADOS DO FPPC .....	487
4.	SINOPSE.....	488
<b>CAPÍTULO 22 • VALOR DA CAUSA .....</b>		<b>489</b>
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	489
2.	CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR DA CAUSA.....	489
3.	CORREÇÃO E IMPUGNAÇÃO .....	491
4.	SÚMULAS.....	492

5. ENUNCIADOS DO FPPC .....	492
6. SINOPSE.....	492
<b>CAPÍTULO 23 • TUTELA PROVISÓRIA .....</b>	<b>493</b>
1. TEORIA GERAL DA TUTELA PROVISÓRIA .....	493
1.1. Noções conceituais.....	493
1.2. Espécies .....	495
1.3. Precariedade.....	498
1.4. Efetivação .....	499
1.5. Fundamentação da decisão.....	501
1.6. Competência.....	502
1.7. Iniciativa.....	502
2. TEORIA GERAL DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	504
2.1. Unificação dos pressupostos .....	504
2.2. Atos relativos à tutela de urgência.....	506
2.3. Momentos para requerimento .....	506
2.4. Momento para concessão .....	507
2.5. Efeitos da cognição exauriente.....	509
2.6. Caução.....	510
2.7. Fungibilidade.....	512
2.8. Responsabilidade objetiva .....	513
3. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA SATISFATIVA .....	516
3.1. Considerações iniciais .....	516
3.2. Reversibilidade.....	516
4. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR .....	517
4.1. Considerações iniciais .....	517
4.2. Poder geral de cautela.....	518
5. TEORIA GERAL DAS TUTELAS DE URGÊNCIA ANTECEDENTES.....	520
5.1. Procedimento da tutela satisfativa antecedente .....	521
5.1.1. Petição Inicial.....	521
5.1.2. Momento da estabilização .....	523
5.1.3. Estabilização parcial .....	527
5.1.4. Autonomia e instrumentalidade atenuada .....	527
5.1.5. Ação de revisão da estabilização .....	528
5.1.6. Efeitos da Estabilização qualificada, absoluta ou forte.....	529
5.1.7. Honorários Advocatícios .....	530
5.1.8. Estabilização e a cultura de litígio.....	531
5.2. Procedimento da tutela de urgência cautelar antecedente .....	531
5.2.1. Petição Inicial.....	531
5.2.2. Resposta.....	533
5.2.3. Pedido principal.....	533
5.2.4. Cessação da eficácia.....	534
5.2.5. Vedação à rediscussão .....	535
5.2.6. Independência entre as tutelas.....	535
6. TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	536
6.1. Considerações iniciais .....	536

6.2. Distinções .....	536
6.3. Requisitos para concessão.....	537
6.4. Hipóteses de cabimento .....	538
6.5. Concessão liminar.....	543
7. TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	544
8. SÚMULAS.....	545
9. ENUNCIADOS DO FPPC .....	545
10. ENUNCIADOS DO FNPP .....	547
11. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	547
12. ENUNCIADOS DO CJF .....	547
13. INFORMATIVOS.....	548
14. SINOPSE.....	549
<b>CAPÍTULO 24 • FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....</b>	<b>551</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	551
2. FORMAÇÃO DO PROCESSO.....	551
3. SUSPENSÃO DO PROCESSO.....	552
4. EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	562
5. SÚMULAS.....	572
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	572
7. INFORMATIVOS.....	572
8. SINOPSE.....	573
<b>CAPÍTULO 25 • PETIÇÃO INICIAL.....</b>	<b>575</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	575
2. REQUISITOS .....	575
3. ADITAMENTO E ALTERAÇÃO .....	581
4. EMENDA.....	583
5. INDEFERIMENTO .....	584
6. IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO .....	586
7. SÚMULAS.....	590
8. ENUNCIADOS DO FPPC .....	590
9. ENUNCIADOS DO FNPP .....	591
10. ENUNCIADOS DO CJF .....	591
11. INFORMATIVOS.....	592
12. SINOPSE.....	592
<b>CAPÍTULO 26 • PEDIDOS.....</b>	<b>595</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	595
2. REQUISITOS .....	596
3. INTERPRETAÇÃO .....	597
4. CUMULAÇÃO .....	598

4.1. Momentos e formas .....	598
4.2. Requisitos .....	599
4.3. Espécies .....	602
4.3.1. Pedido alternativo .....	602
4.3.2. Pedido eventual (ou subsidiário).....	603
4.3.3. Pedido sucessivo .....	605
5. PRESTAÇÃO INDIVISÍVEL .....	607
6. ADITAMENTO OU ALTERAÇÃO DO PEDIDO.....	607
7. SÚMULAS.....	608
8. ENUNCIADOS DO FPPC .....	609
9. INFORMATIVOS.....	609
10. SINOPSE.....	610
<b>CAPÍTULO 27 • AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO.....</b>	<b>611</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	611
2. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO .....	611
2.1. Introdução .....	611
2.2. Procedimento.....	612
3. ENUNCIADOS DO FPPC .....	622
4. ENUNCIADOS DO FNPP .....	623
5. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	623
6. ENUNCIADOS DA CJF .....	624
7. SINOPSE.....	624
<b>CAPÍTULO 28 • RESPOSTA DO RÉU.....</b>	<b>627</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	627
2. MODALIDADES.....	627
2.1. Contestação .....	628
2.1.1. Classificação.....	628
2.1.2. Concentração.....	628
2.1.3. Preliminares .....	630
2.1.4. Alegação de incompetência do juízo .....	634
2.1.4.1. Prevenção (ou não) do juízo .....	635
2.1.4.2. Suspensão da realização da audiência de conciliação ou mediação.....	636
2.1.4.3. Contraditório à alegação de incompetência do juízo.....	636
2.1.5. Defesas de mérito.....	636
2.1.6. Substituição do réu ou formação de litisconsórcio passivo .....	637
2.1.7. Ônus de impugnação específica.....	642
2.1.8. Requisitos .....	644
2.1.9. Forma .....	645
2.1.10. Prazo.....	646
2.2. Reconvenção.....	648
2.2.1. Condições e pressupostos de admissibilidade da reconvenção .....	648
2.2.2. Desistência da ação e reconvenção.....	653

2.2.3.	Forma .....	653
2.2.4.	Distribuição por dependência .....	654
2.2.5.	Requisitos da petição de reconvenção .....	654
2.2.6.	(In)deferimento.....	654
2.2.7.	Resposta à reconvenção .....	654
2.2.8.	Saneamento, organização e julgamento .....	655
2.2.9.	Reconvenção e ação declaratória incidental .....	655
3.	REVELIA.....	656
4.	SÚMULAS.....	660
5.	ENUNCIADOS DO FPPC .....	660
6.	ENUNCIADOS DA ENFAM.....	660
7.	INFORMATIVOS.....	661
8.	SINOPSE.....	661
<b>CAPÍTULO 29 • FASE DE SANEAMENTO .....</b>		<b>665</b>
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	665
2.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES.....	665
3.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	668
4.	DESPACHO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO .....	669
5.	AUDIÊNCIA DE SANEAMENTO COMPARTILHADO EM COOPERAÇÃO .....	672
6.	ENUNCIADOS DO FPPC.....	673
7.	ENUNCIADOS DO CJF .....	673
8.	SINOPSE.....	673
<b>CAPÍTULO 30 • JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO .....</b>		<b>675</b>
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	675
2.	HIPÓTESES DE JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO .....	675
3.	OBRIGAÇÃO DO JULGADOR.....	678
4.	TUTELA PROVISÓRIA DE EVIDÊNCIA E O JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO .....	678
5.	JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO .....	679
6.	SUPRESSÃO DE ATOS PROCESSUAIS .....	689
7.	CERCEAMENTO DE DEFESA .....	689
8.	ENUNCIADOS DO FPPC.....	689
9.	ENUNCIADOS DO CJF .....	690
10.	INFORMATIVOS.....	690
11.	SINOPSE.....	691
<b>CAPÍTULO 31 • AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO .....</b>		<b>693</b>
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	693
2.	PROCEDIMENTO .....	693
2.1.	Abertura da audiência e realização de pregão .....	693

2.2. Tentativa de conciliação das partes .....	694
2.3. Produção de provas .....	694
2.4. Alegações finais .....	694
2.5. Prolação de sentença .....	695
3. ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA .....	695
4. SUSPENSÃO DA AUDIÊNCIA .....	696
5. TERMO DE AUDIÊNCIA.....	697
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	697
7. SINOPSE.....	697
<b>CAPÍTULO 32 • PROVAS.....</b>	<b>699</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	699
2. CLASSIFICAÇÃO.....	700
3. OBJETO .....	700
4. FINALIDADE.....	701
5. DESTINATÁRIOS.....	701
6. VALORAÇÃO .....	702
7. ÔNUS.....	704
7.1. Distribuição estática.....	704
7.2. Distribuição por convenção .....	705
7.3. Distribuição dinâmica.....	705
7.4. Inversão do ônus da prova.....	707
8. COMUNHÃO .....	707
9. PODER DE INSTRUÇÃO.....	708
10. PROVA EMPRESTADA .....	710
11. PROVAS ILÍCITAS .....	711
12. CRISE NA LIVRE APRECIÇÃO.....	711
13. CONSIDERAÇÕES OUTRAS .....	712
14. MEIOS TÍPICOS E ATÍPICOS DE PROVAS.....	712
15. PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA .....	713
16. ATA NOTARIAL.....	716
17. DEPOIMENTO PESSOAL .....	716
17.1. Fonte e finalidade.....	716
17.2. Comparecimento pessoal .....	717
17.3. Requerimento do próprio depoimento.....	717
17.4. Momento.....	717
17.5. Não comparecimento à audiência ou recusa a depor.....	717
17.6. Local de comparecimento .....	718
17.7. Ordem dos depoimentos.....	718
17.8. Pessoalidade .....	718
17.9. Escusas que podem ser apresentadas pelas partes .....	719
17.10. Formulação de perguntas .....	719
18. CONFISSÃO.....	719

18.1. Definição .....	719
18.2. Distinções .....	719
18.3. Efeito .....	720
18.4. Requisitos .....	720
18.5. Classificação.....	721
18.6. Indivisibilidade .....	721
18.7. Irrevogabilidade .....	722
19. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA .....	723
20. PROVA DOCUMENTAL.....	725
20.1. Definição .....	725
20.2. Classificação.....	725
20.3. Força probante dos documentos.....	726
20.4. Arguição de falsidade .....	729
20.5. Produção da prova documental .....	730
20.6. Documentos eletrônicos.....	731
21. PROVA TESTEMUNHAL .....	732
21.1. Definição .....	732
21.2. Admissibilidade e do valor da prova testemunhal .....	732
21.3. Produção da prova testemunhal.....	733
22. PROVA PERICIAL.....	738
22.1. Definição .....	738
22.2. Requisitos .....	738
22.3. Admissibilidade.....	739
22.4. Procedimento.....	739
22.4.1. Nomeação do perito.....	739
22.4.2. Atos iniciais a serem praticados pelo perito.....	740
22.4.3. Pagamento dos honorários periciais.....	740
22.4.4. Indicação de assistentes técnicos, formulação de quesitos e impugnação ao perito .....	741
22.4.5. Escusas que podem ser apresentadas pelo perito .....	742
22.4.6. Substituição do perito .....	742
22.4.7. Acompanhamento dos trabalhos realizados pelo perito.....	742
22.4.8. Prova técnica simplificada (“perícia informal”) .....	743
22.4.9. Desempenho do encargo .....	743
22.4.10. Apresentação do laudo pericial .....	743
22.4.11. Conteúdo do laudo pericial.....	743
22.4.12. Considerações em torno do laudo pericial .....	744
22.4.13. Esclarecimentos a serem prestados pelo perito .....	744
22.4.14. Realização de nova perícia .....	744
23. INSPEÇÃO JUDICIAL .....	745
23.1. Definição .....	745
23.2. Discricionariedade na realização da prova pericial .....	745
23.3. Assistência por perito(s) .....	745
23.4. Submissão à inspeção judicial.....	745
23.5. Comunicação das partes.....	746
23.6. Auto circunstanciado .....	746
24. SÚMULAS.....	747



25. ENUNCIADOS DO FPPC .....	747
26. ENUNCIADOS DO FNPP .....	748
27. ENUNCIADOS DO CJF .....	748
28. INFORMATIVOS.....	749
29. SINOPSE.....	750
<b>CAPÍTULO 33 • SENTENÇA .....</b>	<b>753</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	753
2. DEFINIÇÃO .....	753
3. REQUISITOS .....	755
3.1. Considerações gerais .....	755
3.2. Considerações específicas .....	755
4. CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS.....	760
4.1. Quanto à solução do mérito.....	760
4.2. Quanto à carga eficaz predominante.....	760
4.3. Quanto à delimitação da repercussão econômica .....	761
5. CORRELAÇÃO ENTRE SENTENÇA E DEMANDA .....	761
6. EFEITOS .....	763
7. PUBLICAÇÃO .....	765
8. SENTENÇAS NÃO RESOLUTIVAS DE MÉRITO .....	766
9. SENTENÇAS RESOLUTIVAS DE MÉRITO .....	771
10. INTERPRETAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL.....	776
11. DEFINIÇÃO, EM SENTENÇA (DECISÃO JUDICIAL), DA EXTENSÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA .....	777
12. RELAÇÃO JURÍDICA CONDICIONAL E CERTEZA DO ATO DECISÓRIO.....	778
13. FATOS NOVOS, QUE SEJAM CONSTITUTIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO A INFLUIR NO JULGAMENTO DO MÉRITO .....	778
14. ORDEM CRONOLÓGICA.....	779
15. HIPOTECA JUDICIÁRIA .....	780
16. REMESSA NECESSÁRIA.....	781
17. JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, DE NÃO FAZER E DE ENTREGAR COISA.....	786
17.1. Ação que tenha por objeto prestação de fazer ou não fazer.....	786
17.2. Ação que tenha por objeto a entrega de coisa .....	789
17.3. Conversão da obrigação em perdas e danos .....	791
17.4. Ação que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade .....	793
18. SÚMULAS.....	795
19. ENUNCIADOS DO FPPC .....	795
20. ENUNCIADOS DO FNPP .....	796
21. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	796
22. ENUNCIADOS DO CJF .....	797
23. INFORMATIVOS.....	797
24. SINOPSE.....	798

<b>CAPÍTULO 34 • COISA JULGADA .....</b>	<b>801</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	801
2. COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL .....	802
3. REGIMES JURÍDICOS DA COISA JULGADA.....	803
3.1. Coisa julgada de questão principal .....	803
3.2. Coisa julgada de questão prejudicial.....	804
4. COISA JULGADA PROGRESSIVA.....	806
5. EFEITOS DECORRENTES DA DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO .....	808
6. EFICÁCIA PRECLUSIVA DECORRENTE DA FORMAÇÃO DA COISA JULGADA .....	808
7. CONFLITO ENTRE COISAS JULGADAS.....	809
8. LIMITES .....	810
9. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO .....	813
10. SÚMULAS.....	814
11. ENUNCIADOS DO FPPC .....	814
12. ENUNCIADOS DO FNPP.....	815
13. INFORMATIVOS.....	815
14. SINOPSE.....	816
<b>CAPÍTULO 35 • LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA .....</b>	<b>819</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	819
2. CÁLCULOS ARITMÉTICOS.....	821
3. MODALIDADES DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	821
3.1. Liquidação por arbitramento.....	822
3.1.1. Considerações preliminares .....	822
3.1.2. Procedimento.....	824
3.2. Liquidação pelo procedimento comum .....	828
3.2.1. Considerações preliminares .....	828
3.2.2. Procedimento.....	829
4. QUESTÕES RELEVANTES .....	830
4.1. Competência.....	830
4.2. Liquidação provisória.....	831
4.3. Liquidação de forma diversa da estabelecida na sentença.....	831
4.4. Parâmetros de liquidação.....	831
4.5. Liquidação zero.....	832
4.6. Cumprimento de parte líquida e liquidação de parte ilíquida.....	833
4.7. Condenação a reparar danos extrapatrimoniais.....	834
4.8. Natureza da decisão que julga a liquidação de sentença .....	836
4.9. Recursos interponíveis contra decisão ilíquida e contra a decisão que julga a liquidação de sentença .....	836
4.10. Fixação (ou não) de honorários advocatícios decorrentes da sucumbência .....	837
5. SÚMULAS.....	838
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	838
7. INFORMATIVOS.....	838
8. SINOPSE.....	840

<b>CAPÍTULO 36 • CUMPRIMENTO DE SENTENÇA .....</b>	<b>843</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	843
2. TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS .....	844
3. COMPETÊNCIA.....	850
4. CUMPRIMENTO DEFINITIVO.....	850
4.1. Obrigações de fazer e de não fazer .....	851
4.2. Obrigação de entregar coisa distinta de dinheiro .....	853
4.3. Obrigação de pagar quantia certa .....	854
5. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO.....	856
6. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA .....	859
6.1. Efeito suspensivo.....	864
7. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	865
8. PROTESTO DE DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO .....	866
9. OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS.....	867
10. OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA.....	870
10.1. Regime de precatórios .....	873
11. SÚMULAS.....	875
12. ENUNCIADOS DO FPPC .....	876
13. ENUNCIADOS DO CJF .....	877
14. INFORMATIVOS.....	878
15. SINOPSE.....	886
<b>CAPÍTULO 37 • PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....</b>	<b>893</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	893
2. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS .....	894
3. SÚMULAS.....	895
4. ENUNCIADOS DO FPPC .....	896
5. SINOPSE.....	897
<b>CAPÍTULO 38 • CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....</b>	<b>899</b>
1. CONCEITO E NATUREZA.....	899
2. DIREITO MATERIAL À CONSIGNAÇÃO .....	899
3. LEGITIMIDADE.....	900
3.1. Legitimidade ativa.....	900
3.2. Legitimidade passiva .....	901
4. COMPETÊNCIA.....	901
5. PROCEDIMENTO .....	902
5.1. Fase extrajudicial .....	902
5.2. Fase judicial .....	903
6. DEPÓSITO DE COISA INDETERMINADA.....	905
7. LEVANTAMENTO DO DEPÓSITO PELO AUTOR.....	906
8. PRESTAÇÕES SUCESSIVAS E DEPÓSITO EM CONTINUAÇÃO .....	906

9. APLICABILIDADE DO PROCEDIMENTO AO RESGATE DE AFORAMENTO .....	906
10. ENUNCIADOS DO FPPC .....	907
11. SINOPSE.....	907
<b>CAPÍTULO 39 • AÇÃO DE EXIGIR CONTAS .....</b>	<b>909</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	909
2. LEGITIMIDADE E INTERESSE .....	909
3. PROCEDIMENTO.....	910
3.1. Especificidades do procedimento da ação de exigir contas e natureza jurídica das decisões proferidas.....	912
4. APRESENTAÇÃO DE CONTAS.....	913
4.1. Contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositário e de qualquer outro administrador.....	913
5. SÚMULAS.....	913
6. INFORMATIVOS.....	914
7. SINOPSE .....	915
<b>CAPÍTULO 40 • AÇÕES POSSESSÓRIAS.....</b>	<b>917</b>
1. POSSE: CONCEITO E NATUREZA.....	917
2. TUTELAS POSSESSÓRIAS: INTERDIÇÃO, MANUTENÇÃO E REINTEGRAÇÃO E SUA FUNGIBILIDADE.....	918
3. AÇÕES POSSESSÓRIAS E AÇÕES PETITÓRIAS.....	919
4. AÇÕES DE FORÇA NOVA E DE FORÇA VELHA.....	919
5. COMPETÊNCIA.....	920
6. PARTICIPAÇÃO DO CÔNJUGE .....	920
7. PROCEDIMENTO.....	921
7.1. Petição inicial.....	921
7.2. Tutela provisória.....	923
7.3. Resposta.....	924
8. VEDAÇÃO À PROPOSITURA DE AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO DURANTE A PENDÊNCIA DE AÇÃO POSSESSÓRIA.....	925
9. LITÍGIOS POSSESSÓRIOS COLETIVOS.....	925
10. SÚMULAS.....	928
11. ENUNCIADOS DO FPPC.....	928
12. INFORMATIVOS.....	928
13. SINOPSE.....	930
<b>CAPÍTULO 41 • DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....</b>	<b>933</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	933
2. NATUREZA DA AÇÃO DEMARCATÓRIA .....	934
3. OBJETO .....	934
3.1. Delimitação .....	934
3.2. Amplitude.....	935

3.3. Distinções .....	935
4. CONDIÇÕES DA AÇÃO .....	936
4.1. Legitimidade das partes .....	936
4.2. Interesse processual .....	937
5. CUMULAÇÃO DE AÇÕES .....	937
5.1. Requisitos .....	937
5.2. Situações de cumulação .....	939
6. DEMARCAÇÃO EXTRAJUDICIAL .....	940
6.1. Requisitos .....	940
6.2. Contrato de fixação de limites .....	940
6.3. Conciliação judicial .....	940
6.4. Limites legais à demarcação extrajudicial .....	940
7. PETIÇÃO INICIAL .....	941
7.1. Requisitos .....	941
7.2. Indicação .....	945
7.3. Emenda, aditamento e indeferimento .....	946
8. CITAÇÃO .....	947
8.1. Objetivo, pressuposto de validade e efeitos .....	947
8.2. Citação dos réus em ação demarcatória .....	948
8.3. Termo inicial de contagem de prazo .....	948
9. RESPOSTA DO RÉU .....	949
9.1. Prazo para apresentação .....	949
9.2. Modalidades de resposta do réu .....	950
9.2.1. Contestação .....	950
9.2.2. Reconvenção .....	950
9.2.3. Exceções processuais .....	951
9.3. Revelia .....	951
10. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO .....	952
10.1. Providências preliminares .....	952
10.2. Julgamento conforme o estado do processo .....	952
10.3. Saneamento .....	954
11. INSTRUÇÃO PROCESSUAL .....	954
11.1. Prova documental .....	954
11.2. Prova pericial .....	955
11.3. Prova testemunhal .....	956
12. RESOLUÇÃO .....	957
13. COISA JULGADA .....	959
14. SEGUNDA FASE .....	959
15. INFORMATIVOS .....	962
16. SINOPSE .....	962
<b>CAPÍTULO 42 • DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES .....</b>	<b>965</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	965
2. NATUREZA DA AÇÃO DE DIVISÃO .....	966

3. OBJETO .....	967
3.1. Delimitações .....	967
3.2. Amplitude.....	967
4. CONDIÇÕES DA AÇÃO .....	967
4.1. Legitimidade das partes.....	967
4.2. Interesse processual .....	968
5. CUMULAÇÃO DE AÇÕES.....	968
5.1. Requisitos .....	968
5.2. Situações de cumulação.....	969
6. DIVISÃO EXTRAJUDICIAL.....	970
6.1. Requisitos .....	970
6.2. Conciliação judicial.....	971
6.3. Limites legais à divisão extrajudicial .....	971
7. PETIÇÃO INICIAL.....	971
7.1. Requisitos .....	972
7.2. Indicação .....	977
7.3. Emenda, aditamento e indeferimento .....	977
8. RESPOSTA DO RÉU .....	978
8.1. Prazo para apresentação.....	978
8.2. Modalidades de resposta do réu.....	980
8.2.1. Contestação .....	980
8.2.2. Reconvenção .....	980
8.2.3. Exceções processuais.....	980
8.3. Revelia .....	981
9. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO.....	981
9.1. Providências preliminares .....	981
9.2. Julgamento conforme o estado do processo .....	982
9.3. Saneamento .....	983
10. INSTRUÇÃO PROCESSUAL.....	983
11. RESOLUÇÃO .....	983
12. COISA JULGADA .....	984
13. SEGUNDA FASE.....	985
14. SÚMULAS.....	986
15. INFORMATIVOS.....	986
16. SINOPSE.....	986
<b>CAPÍTULO 43 • EMBARGOS DE TERCEIRO.....</b>	<b>989</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	989
2. CLASSIFICAÇÃO .....	991
3. LEGITIMIDADE.....	991
3.1. Ativa .....	991
3.2. Passiva.....	993
4. PRAZO .....	993
5. PROCEDIMENTO.....	994

5.1. Distribuição e competência.....	994
5.2. Petição inicial.....	995
5.3. Citação.....	996
5.4. Tutela provisória.....	996
5.5. Resposta.....	997
5.6. Sentença.....	998
6. SÚMULAS.....	999
7. ENUNCIADOS DO FPPC.....	999
8. ENUNCIADOS DO CJF.....	999
9. INFORMATIVOS.....	999
10. SINOPSE.....	1000
<b>CAPÍTULO 44 • OPOSIÇÃO .....</b>	<b>1003</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1003
2. PRAZO .....	1004
3. INTERPRETAÇÃO DO VOCÁBULO “SENTENÇA” .....	1004
4. RESTRIÇÕES À APRESENTAÇÃO DE OPOSIÇÃO.....	1004
5. FACULTATIVIDADE DA OPOSIÇÃO.....	1005
6. (NÃO) ACESSORIEDADE DA OPOSIÇÃO.....	1005
7. COMPETÊNCIA.....	1006
8. DISTINÇÕES ENTRE OPOSIÇÃO E EMBARGOS DE TERCEIRO.....	1007
9. LIMITAÇÃO COGNITIVA .....	1007
10. PROCEDIMENTO.....	1008
10.1. Petição inicial.....	1008
10.2. Processamento inicial.....	1008
10.3. Litisconsórcio.....	1008
10.4. Citação.....	1009
10.5. Resposta.....	1009
10.6. Julgamento.....	1009
11. ENUNCIADOS DO FPPC.....	1010
12. INFORMATIVOS.....	1010
13. SINOPSE.....	1010
<b>CAPÍTULO 45 • AÇÕES DE FAMÍLIA.....</b>	<b>1013</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1013
2. ESTÍMULO À RESOLUÇÃO CONSENSUAL FORTIFICADO.....	1014
3. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO.....	1014
4. SUSPENSÃO DO PROCESSO PARA TENTATIVA DE AUTOCOMPOSIÇÃO.....	1015
5. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1015
6. DEPOIMENTO PESSOAL DO INCAPAZ.....	1015
7. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1016
8. INFORMATIVOS.....	1016
9. SINOPSE.....	1018

<b>CAPÍTULO 46 • AÇÃO MONITÓRIA .....</b>	<b>1021</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1021
2. PETIÇÃO INICIAL .....	1021
2.1. Requisitos .....	1021
2.2. Emenda .....	1026
2.3. Indeferimento .....	1026
3. LEGITIMIDADE DA FAZENDA PÚBLICA .....	1027
4. CAPACIDADE DO DEVEDOR NO MOMENTO DA PROPOSITURA DA AÇÃO MONITÓRIA .....	1027
5. MANDADO DE PAGAMENTO .....	1028
6. SANÇÃO PREMIAL (PROMESSA DE RECOMPENSA) .....	1028
7. CONSTITUIÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO .....	1028
8. MORATÓRIA .....	1029
9. EMBARGOS .....	1029
9.1. Apresentação independentemente de pagamento de custas e de prévia segurança do juízo .....	1029
9.2. Objeto .....	1030
9.3. Suspensão da eficácia da decisão (e, por conseguinte, do mandato monitorio) .....	1030
9.4. Impugnação aos embargos .....	1031
9.5. Reconvenção .....	1031
9.6. Autuação em apartado .....	1031
10. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA .....	1032
11. JULGAMENTO .....	1032
12. RECURSOS .....	1033
13. APLICAÇÃO DE MULTA .....	1034
14. SÚMULAS .....	1034
15. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1034
16. ENUNCIADOS DO CJF .....	1035
17. INFORMATIVOS .....	1035
18. SINOPSE .....	1036
<b>CAPÍTULO 47 • RESTAURAÇÃO DE AUTOS .....</b>	<b>1039</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1039
2. LEGITIMIDADE .....	1039
3. COMPETÊNCIA .....	1040
4. PROCEDIMENTO .....	1040
5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS PROCESSUAIS .....	1041
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1042
7. INFORMATIVOS .....	1042
8. SINOPSE .....	1042
<b>CAPÍTULO 48 • PROCESSO DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>1045</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1045



2. PRINCÍPIOS.....	1046
3. INSTRUMENTOS .....	1050
4. CONDIÇÕES DA AÇÃO EXECUTIVA.....	1052
4.1. Cumulação de execuções.....	1054
5. COMPETÊNCIA.....	1054
6. AMPLITUDE TERRITORIAL DA ATUAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA.....	1055
7. EMPREGO DE FORÇA POLICIAL .....	1055
8. TÍTULOS EXECUTIVOS.....	1055
9. NÃO IMPEDIMENTO À EXECUÇÃO PELA PROPOSITURA DE AÇÃO A DISCUTIR A PRESTAÇÃO RECONHECIDA PELO TÍTULO .....	1065
10. TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS ESTRANGEIROS .....	1065
11. UTILIDADE DO PROCESSO DE CONHECIMENTO, APESAR DA EXISTÊNCIA DE TÍ- TULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	1065
12. EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA .....	1065
13. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	1067
13.1. Impenhorabilidade do bem de família.....	1073
13.2. Terceiros sujeitos à execução.....	1077
13.3. Responsabilidade patrimonial do fiador .....	1080
13.4. Responsabilidade patrimonial do espólio e dos herdeiros.....	1081
14. FRAUDE À EXECUÇÃO .....	1082
15. RESPONSABILIDADE CIVIL DE ALEGADO CREDOR (ART. 776 DO CPC) .....	1088
16. ATOS DA EXECUÇÃO.....	1090
17. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	1090
18. SÚMULAS.....	1091
19. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1093
20. ENUNCIADOS DO FNPP.....	1093
21. ENUNCIADOS DO CJF .....	1094
22. INFORMATIVOS.....	1094
23. SINOPSE.....	1097
<b>CAPÍTULO 49 • DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>1101</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1101
2. DISPOSIÇÕES GERAIS ÀS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	1102
3. INTIMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE TERCEIROS E OUTRAS MEDIDAS.....	1105
4. EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA CERTA.....	1106
5. EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA INCERTA .....	1108
6. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER.....	1108
7. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER .....	1111
8. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	1112
8.1. Penhora, da avaliação e da expropriação de bens.....	1112
8.1.1. Disposições Gerais .....	1112
8.1.2. Citação do Devedor e Indicação de Bens.....	1112
8.1.3. Ordem do rol de bens penhoráveis .....	1114

8.1.4.	Substituição de penhora .....	1116
8.1.5.	Penhora e Depósito .....	1117
8.1.6.	Intimação do Executado.....	1120
8.1.7.	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira .....	1122
8.1.8.	Penhora de Créditos .....	1124
8.1.9.	Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas.....	1125
8.1.10.	Penhora da Empresa e de Outros Estabelecimentos e de Semoventes.....	1126
8.1.11.	Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa.....	1127
8.1.12.	Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel .....	1128
8.1.13.	Avaliação .....	1129
8.1.14.	Adjudicação .....	1130
8.1.15.	Alienação por Iniciativa Particular .....	1133
8.1.16.	Alienação em Hasta Pública (em leilão judicial eletrônico ou presencial) .....	1134
8.2.	Pagamento ao credor.....	1142
8.2.1.	Disposições Gerais .....	1142
8.2.2.	Entrega do Dinheiro .....	1143
9.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1144
10.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA .....	1148
11.	SÚMULAS.....	1152
12.	ENUNCIADOS DO FPPC .....	1153
13.	ENUNCIADOS DO FNPP.....	1155
14.	ENUNCIADOS DO CJF .....	1155
15.	INFORMATIVOS.....	1155
16.	SINOPSE.....	1157
 <b>CAPÍTULO 50 • EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE.</b>		<b>1161</b>
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1161
2.	INSOLVÊNCIA PEDIDA PELO CREDOR.....	1164
3.	INSOLVÊNCIA PEDIDA PELO DEVEDOR OU PELO SEU ESPÓLIO .....	1165
4.	DECRETAÇÃO JUDICIAL DE INSOLVÊNCIA.....	1165
5.	ATRIBUIÇÕES DO ADMINISTRADOR .....	1166
6.	VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....	1167
7.	SALDO DEVEDOR .....	1168
8.	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	1168
9.	SÚMULAS.....	1169
10.	INFORMATIVOS.....	1169
11.	SINOPSE.....	1170
 <b>CAPÍTULO 51 • EMBARGOS À EXECUÇÃO.....</b>		<b>1173</b>
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1173
2.	EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	1173
2.1.	Objeto dos embargos .....	1173
2.2.	Procedimento.....	1175

3. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1179
4. MORATÓRIA.....	1180
5. SÚMULAS.....	1183
6. ENUNCIADOS DO FPPC.....	1184
7. INFORMATIVOS.....	1184
8. SINOPSE.....	1185
<b>CAPÍTULO 52 • SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....</b>	<b>1187</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1187
2. SUSPENSÃO.....	1187
3. EXTINÇÃO.....	1191
4. SÚMULAS.....	1192
5. INFORMATIVOS.....	1192
6. SINOPSE.....	1193
<b>CAPÍTULO 53 • PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....</b>	<b>1195</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1195
2. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1195
2.1. Estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência.....	1195
2.2. Modificação da jurisprudência e modulação de efeitos da alteração.....	1198
2.3. Publicidade dos precedentes.....	1199
2.4. Enumeração e objeto dos casos repetitivos.....	1199
3. ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL.....	1199
3.1. Registro e distribuição.....	1199
3.2. Atribuições do relator.....	1200
3.3. Constatação de fato superveniente.....	1203
3.4. Designação, pauta e julgamento.....	1204
3.4.1. Designação de dia para julgamento.....	1204
3.4.2. Antecedência mínima, vista dos autos e afixação da pauta.....	1204
3.4.3. Ordem de julgamento.....	1205
3.4.4. Sustentação oral.....	1205
3.4.5. Questão preliminar, providências para julgamento e mérito.....	1207
3.4.6. Vista.....	1208
3.4.7. Anúncio do resultado do julgamento e redação do acórdão.....	1209
3.4.8. Julgamento não unânime da apelação (e do agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito e da ação rescisória).....	1209
3.4.8.1. Considerações gerais.....	1209
3.4.8.2. Considerações específicas.....	1211
3.4.9. Registro de votos, acórdãos e demais atos processuais.....	1215
3.4.10. Publicação do acórdão e substituição.....	1216
3.4.11. Precedência do julgamento do agravo de instrumento.....	1216
4. SÚMULAS.....	1217
5. ENUNCIADOS DO FPPC.....	1217
6. ENUNCIADOS DO FNPP.....	1219

7. ENUNCIADOS DO CJF .....	1220
8. INFORMATIVOS.....	1220
9. SINOPSE.....	1222
<b>CAPÍTULO 54 • INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA .....</b>	<b>1225</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1225
2. PRESSUPOSTOS.....	1225
3. LEGITIMIDADE.....	1228
4. COMPETÊNCIA.....	1229
5. VINCULAÇÃO.....	1229
6. PROCEDIMENTO .....	1231
6.1. Generalidades .....	1231
6.2. Particularidades.....	1232
7. ALTERAÇÃO DE TESE JURÍDICA ADOTADA EM INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	1234
8. SÚMULAS.....	1235
9. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1235
10. ENUNCIADOS DO CJF .....	1235
11. SINOPSE.....	1235
<b>CAPÍTULO 55 • INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>1237</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1237
2. CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE .....	1238
3. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO.....	1239
4. EFEITOS.....	1240
5. PROCEDIMENTO .....	1241
6. SÚMULAS.....	1243
7. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1244
8. INFORMATIVOS.....	1244
9. SINOPSE.....	1244
<b>CAPÍTULO 56 • CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....</b>	<b>1247</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1247
2. HIPÓTESES DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA .....	1248
3. LEGITIMIDADE.....	1249
4. COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR O CONFLITO DE COMPETÊNCIA .....	1249
5. PROCEDIMENTO .....	1250
6. SÚMULAS.....	1252
7. INFORMATIVOS.....	1253
8. SINOPSE.....	1254

<b>CAPÍTULO 57 • HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA .....</b>	<b>1255</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1255
2. AMPLITUDE DA EXPRESSÃO “SENTENÇA ESTRANGEIRA” .....	1256
3. REQUISITOS PARA HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO ESTRANGEIRA E PARA A CONCESSÃO DO “EXEQUATUR” .....	1257
4. PROCEDIMENTO .....	1260
4.1. Generalidades .....	1260
4.2. Particularidades.....	1261
4.2.1. Concessão de tutela provisória de urgência pela autoridade brasileira e concessão de “exequatur” à carta rogatória de decisão estrangeira concessiva de tutela provisória de urgência .....	1261
4.2.2. Homologação parcial de sentença estrangeira e homologação de decisão parcial de mérito estrangeira.....	1262
4.2.3. Execução de decisão interlocutória estrangeira por meio de carta rogatória e execução de decisão interlocutória estrangeira definitiva depois de homologada pelo Superior Tribunal de Justiça .....	1262
4.2.4. Homologação de decisão estrangeira para fins de execução fiscal .....	1263
4.2.5. Sentença estrangeira de divórcio consensual .....	1263
5. SÚMULAS.....	1263
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1263
7. INFORMATIVOS.....	1263
8. SINOPSE.....	1265
<b>CAPÍTULO 58 • AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>1267</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1267
2. PRESSUPOSTOS.....	1268
2.1. Gerais .....	1268
2.2. Específicos .....	1268
2.2.1. Existência de decisão transitada em julgado, que pode ser de mérito ou, ainda, terminativa, mas, nesse último caso, que impeça a propositura de nova ação ou a rediscussão em torno da inadmissibilidade de recurso.....	1269
2.2.2. Afirmação pelo autor, como causa de pedir, de pelo menos uma das hipóteses de rescindibilidade que estão previstas entre os incisos I e VIII do art. 966 do CPC.....	1269
2.2.3. Exercício do direito de ação no respectivo prazo decadencial .....	1280
3. CONDIÇÕES.....	1283
3.1. Legitimidade.....	1283
3.1.1. Legitimidade ativa.....	1283
3.1.2. Legitimidade passiva .....	1284
3.2. Interesse processual .....	1285
4. ATOS DE DISPOSIÇÃO DE DIREITOS E HOMOLOGATÓRIOS PRATICADOS NO CURSO DA EXECUÇÃO.....	1285
5. TUTELA PROVISÓRIA.....	1286
6. PROCEDIMENTO .....	1288
6.1. Competência.....	1288
6.1.1. Determinação .....	1288

6.1.2. Reconhecimento da incompetência .....	1289
6.2. Relator .....	1290
6.3. Petição inicial .....	1290
6.3.1. Requisitos .....	1290
6.3.2. Instrumento de procuração .....	1290
6.3.3. Causas de rescindibilidade .....	1290
6.3.4. Pedidos .....	1290
6.3.5. Documentos indispensáveis .....	1292
6.3.6. Depósito prévio e multa .....	1292
6.3.7. Indeferimento da petição inicial .....	1295
6.3.8. Improcedência liminar do pedido .....	1295
6.4. Citação .....	1296
6.5. Resposta .....	1296
6.5.1. Prazo .....	1296
6.5.2. Revelia .....	1296
6.5.3. Modalidades de resposta .....	1297
6.6. Providências preliminares e saneamento .....	1297
6.7. Julgamento conforme o estado do processo .....	1297
6.8. Instrução do processo .....	1297
6.9. Razões finais .....	1298
6.10. Vistas ao ministério público .....	1298
6.11. Julgamento .....	1298
6.12. Recursos .....	1300
6.13. Ação rescisória contra decisão que julga ação rescisória .....	1300
7. SÚMULAS .....	1300
8. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1302
9. INFORMATIVOS .....	1303
10. SINOPSE .....	1305
<b>CAPÍTULO 59 • INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....</b>	<b>1307</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1307
2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE .....	1308
3. COMPETÊNCIA .....	1309
4. REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DO IRDR .....	1309
5. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE .....	1310
6. CONDUTAS DO RELATOR .....	1310
6.1. Suspensão dos processos .....	1310
6.2. Requisição de informações .....	1313
6.3. Intimação do ministério público .....	1313
7. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....	1313
8. INSTRUÇÃO .....	1313
9. JULGAMENTO .....	1313
10. EFEITOS DA DECISÃO .....	1314
11. RECURSOS .....	1315

12. REVISÃO DA TESE JURÍDICA.....	1316
13. PUBLICIDADE .....	1317
14. DESISTÊNCIA OU ABANDONO .....	1317
15. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1318
16. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	1319
17. SINOPSE.....	1320
<b>CAPÍTULO 60 • RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>1323</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1323
2. NATUREZA JURÍDICA .....	1323
3. CABIMENTO .....	1325
3.1. Hipóteses constitucionais .....	1325
3.2. Hipóteses legais.....	1327
3.3. Reclamação contra decisão transitada em julgado.....	1328
4. COMPETÊNCIA.....	1328
5. LEGITIMIDADE.....	1329
6. PROCEDIMENTO .....	1330
7. EFICÁCIA DA DECISÃO .....	1330
8. SÚMULAS.....	1331
9. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1331
10. ENUNCIADOS DO FNPP.....	1331
11. ENUNCIADOS DO CJF .....	1332
12. INFORMATIVOS.....	1332
13. SINOPSE.....	1332
<b>CAPÍTULO 61 • TEORIA GERAL DOS RECURSOS .....</b>	<b>1335</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1335
2. JUSTIFICATIVAS PARA UM SISTEMA RECURSAL .....	1336
3. VÍCIOS (ERROS) ATRIBUÍVEIS AOS ATOS DECISÓRIOS.....	1337
3.1. “Error in procedendo” e “error in iudicando” .....	1337
3.2. Identificação .....	1337
3.3. Importância da distinção.....	1337
3.4. Formulação de algumas premissas necessárias.....	1338
4. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE.....	1338
4.1. Cabimento.....	1338
4.2. Legitimidade recursal .....	1339
4.3. Interesse recursal .....	1339
4.4. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo .....	1340
4.5. Tempestividade.....	1341
4.6. Regularidade formal.....	1346
4.7. Preparo .....	1346
5. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E DE MÉRITO RECURSAL.....	1350
6. PRINCÍPIOS.....	1351

6.1. Taxatividade.....	1351
6.2. Singularidade (ou unirrrecorribilidade ou unicidade).....	1360
6.3. Esgotamento das vias recursais .....	1361
6.4. “Non reformatio in peius” .....	1361
6.5. Fungibilidade.....	1362
6.6. Aplicação da lei vigente ao tempo da publicação da decisão.....	1362
6.7. Consumação .....	1363
6.8. Dialeticidade.....	1363
6.9. Voluntariedade.....	1364
6.10. Complementaridade .....	1365
6.11. Atos decisórios juridicamente relevantes .....	1365
7. EFEITOS.....	1366
7.1. Obstativo (ou impedimento ao trânsito em julgado) .....	1366
7.2. Suspensivo .....	1367
7.3. Devolutivo.....	1369
7.4. Substitutivo.....	1370
7.5. Rescindente .....	1371
7.6. Expansivo .....	1372
7.7. Regressivo (ou retratação).....	1372
7.8. Ativo.....	1373
7.9. Desobstrutivo .....	1373
8. CLASSIFICAÇÃO.....	1374
9. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO E BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM.....	1375
10. SÚMULAS.....	1376
11. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1376
12. ENUNCIADOS DO FNPP .....	1377
13. ENUNCIADOS DO CJF .....	1377
14. INFORMATIVOS.....	1377
15. SINOPSE.....	1380
<b>CAPÍTULO 62 • APELAÇÃO.....</b>	<b>1383</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1383
1.1. Cabimento.....	1383
1.2. Prazo.....	1385
1.3. Regularidade formal.....	1387
1.4. Preparo .....	1388
2. EFEITOS.....	1389
2.1. Obstativo (ou impedimento ao trânsito em julgado) .....	1389
2.2. Suspensivo .....	1390
2.3. Ativo.....	1392
2.4. Regressivo (ou retratação).....	1392
2.5. Devolutivo.....	1394
2.6. Desobstrutivo .....	1397
2.7. Substitutivo.....	1398



2.8. Rescindente .....	1399
3. INOVAÇÃO RECURSAL.....	1400
4. PROCEDIMENTO .....	1401
5. SÚMULAS.....	1405
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1405
7. ENUNCIADOS DO CJF .....	1406
8. INFORMATIVOS.....	1406
9. SINOPSE.....	1406
<b>CAPÍTULO 63 • AGRAVO DE INSTRUMENTO .....</b>	<b>1409</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1409
1.1. Cabimento.....	1411
1.1.1. Por fase ou natureza do processo .....	1411
1.1.2. Por conteúdo.....	1413
1.1.2.1. Decisões interlocutórias definitivas de mérito .....	1413
1.1.2.2. Decisões interlocutórias provisórias de mérito .....	1418
1.1.2.3. Decisões interlocutórias processuais.....	1420
1.2. Prazo.....	1426
1.3. Regularidade formal.....	1427
1.3.1. Petição .....	1427
1.3.2. Instrumento .....	1428
1.3.3. Comprovação de interposição .....	1432
1.4. Preparo .....	1433
2. EFEITOS .....	1435
2.1. Devolutivo.....	1435
2.2. Obstativo .....	1436
2.3. Suspensivo .....	1436
2.4. Ativo.....	1437
2.5. Regressivo .....	1438
2.6. Desobstrutivo .....	1438
2.7. Substitutivo.....	1439
2.8. Rescindente .....	1440
3. PROCEDIMENTO .....	1440
4. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DEFINITIVAS DE MÉRITO .....	1444
5. SÚMULAS.....	1445
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1445
7. ENUNCIADOS DO FNPP .....	1446
8. ENUNCIADOS DO CJF .....	1446
9. INFORMATIVOS.....	1446
10. SINOPSE.....	1449
<b>CAPÍTULO 64 • AGRAVO INTERNO .....</b>	<b>1451</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1451
1.1. Cabimento.....	1453

1.2.	Prazo.....	1454
1.3.	Regularidade formal.....	1454
1.4.	Preparo.....	1456
2.	EFEITOS.....	1457
2.1.	Devolutivo.....	1457
2.2.	Obstativo.....	1458
2.3.	Suspensivo.....	1458
2.4.	Ativo.....	1459
2.5.	Regressivo.....	1459
2.6.	Desobstrutivo.....	1460
2.7.	Substitutivo.....	1460
2.8.	Rescindente.....	1461
3.	PROCEDIMENTO.....	1461
4.	SÚMULAS.....	1464
5.	ENUNCIADOS DO FPPC.....	1464
6.	ENUNCIADOS DO CJF.....	1464
7.	INFORMATIVOS.....	1464
8.	SINOPSE.....	1465
<b>CAPÍTULO 65 • EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....</b>		<b>1467</b>
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1467
1.1.	Cabimento.....	1467
1.2.	Prazo.....	1471
1.3.	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo.....	1472
1.4.	Regularidade formal.....	1473
1.5.	Preparo.....	1473
1.6.	Não existência de dois anteriores embargos considerados protelatórios (não constatação do abuso do direito de recorrer).....	1474
2.	EFEITOS.....	1475
2.1.	Devolutivo.....	1475
2.2.	Obstativo.....	1475
2.3.	Suspensivo.....	1476
2.4.	Ativo.....	1477
2.5.	Modificativo (ou infringente).....	1478
2.6.	Substitutivo.....	1478
2.7.	Integrativo.....	1479
2.8.	Interruptivo.....	1480
3.	PROCEDIMENTO.....	1481
3.1.	Competência.....	1481
3.2.	Manifestação do embargado.....	1482
3.3.	Julgamento.....	1482
3.4.	Aplicação da técnica do art. 942 do CPC.....	1482
3.5.	Fundamentação.....	1483
3.6.	Prequestionamento.....	1483
3.7.	Natureza jurídica da decisão.....	1483

3.8. Fungibilidade (e intimação para complementação do recurso).....	1483
3.9. Complementação ou alteração de anteriores razões recursais .....	1484
3.10. (Des)necessidade de ratificação de recurso anterior.....	1484
3.11. Multa.....	1485
4. SÚMULAS.....	1486
5. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1487
6. ENUNCIADOS DO CJF .....	1488
7. INFORMATIVOS.....	1488
8. SINOPSE.....	1488
<b>CAPÍTULO 66 • RECURSO ORDINÁRIO.....</b>	<b>1491</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1491
1.1. Cabimento.....	1491
1.1.1. Fungibilidade.....	1495
1.2. Prazo.....	1495
1.3. Regularidade formal.....	1496
1.4. Preparo .....	1497
1.5. Prequestionamento .....	1498
2. EFEITOS .....	1498
2.1. Obstativo (ou impedimento ao trânsito em julgado).....	1498
2.2. Suspensivo .....	1499
2.3. Ativo.....	1499
2.4. Regressivo (ou retratação).....	1499
2.5. Devolutivo.....	1500
2.6. Desobstrutivo .....	1502
2.7. Substitutivo.....	1504
3. PROCEDIMENTO .....	1505
4. SÚMULAS.....	1507
5. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1507
6. INFORMATIVOS.....	1507
7. SINOPSE.....	1508
<b>CAPÍTULO 67 • RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....</b>	<b>1509</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1509
1.1. Pressupostos gerais de admissibilidade.....	1510
1.1.1. Cabimento.....	1510
1.1.1.1. Recurso extraordinário .....	1510
1.1.1.2. Recurso especial .....	1511
1.1.2. Prazo.....	1515
1.1.3. Regularidade formal.....	1516
1.1.4. Preparo .....	1518
1.2. Pressupostos específicos de admissibilidade (do recurso extraordinário e do recurso especial)....	1519
1.2.1. Esgotamento das instâncias ordinárias.....	1519
1.2.2. Prequestionamento.....	1520

1.3. Pressuposto específico de admissibilidade (do recurso extraordinário).....	1522
1.3.1. Repercussão geral .....	1522
2. EFEITOS.....	1525
2.1. Obstativo (ou impedimento ao trânsito em julgado) .....	1525
2.2. Suspensivo .....	1526
2.3. Ativo.....	1527
2.4. Devolutivo.....	1528
2.5. Desobstrutivo .....	1528
2.6. Substitutivo.....	1529
2.7. Rescindente .....	1530
3. PROCEDIMENTO .....	1530
3.1. Disposições comuns.....	1530
3.2. Interposição simultânea de recurso extraordinário e de recurso especial.....	1534
3.3. Conversão recursal .....	1534
3.4. Julgamento por seleção (ou amostragem) de recurso extraordinário ou recurso especial repetitivo .....	1536
3.5. Efeitos da decisão proferida em julgamento de recurso extraordinário .....	1539
4. SÚMULAS.....	1541
5. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1543
6. ENUNCIADOS DO FNPP .....	1544
7. ENUNCIADOS DO CJF .....	1544
8. INFORMATIVOS.....	1545
9. SINOPSE.....	1547

## **CAPÍTULO 68 • AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO . 1549**

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1549
1.1. Cabimento.....	1549
1.2. Prazo.....	1549
1.3. Regularidade formal.....	1550
1.3.1. Petição inicial.....	1550
1.3.2. (Desnecessidade de) Formação de instrumento.....	1551
1.4. (Desnecessidade de) preparo .....	1551
2. EFEITOS.....	1552
2.1. Devolutivo.....	1552
2.2. Obstativo .....	1552
2.3. Regressivo .....	1553
2.4. Desobstrutivo .....	1553
2.5. Substitutivo.....	1554
3. PROCEDIMENTO .....	1554
3.1. Considerações gerais .....	1554
3.2. Considerações específicas .....	1555
4. SÚMULAS.....	1556
5. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1556
6. INFORMATIVOS.....	1557
7. SINOPSE.....	1557

<b>CAPÍTULO 69 • EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA .....</b>	<b>1559</b>
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1559
2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.....	1559
2.1. Cabimento.....	1559
2.2. Prazo.....	1562
2.3. Regularidade formal.....	1562
2.4. Preparo .....	1564
2.5. Prequestionamento .....	1565
3. EFEITOS .....	1565
3.1. Obstativo (ou impedimento ao trânsito em julgado) .....	1565
3.2. Suspensivo .....	1566
3.3. Ativo.....	1566
3.4. Devolutivo.....	1566
3.5. Substitutivo.....	1567
3.6. Interruptivo .....	1567
4. PROCEDIMENTO .....	1568
4.1. Perante o STF.....	1568
4.2. Perante o STJ.....	1569
4.2.1. (Des)necessidade de ratificação de recurso anterior.....	1570
4.2.2. Inadmissibilidade de interposição simultânea de embargos de divergência e de recurso extraordinário .....	1570
5. SÚMULAS.....	1570
6. ENUNCIADOS DO FPPC .....	1571
7. ENUNCIADOS DO CJF .....	1571
8. INFORMATIVOS.....	1571
9. SINOPSE.....	1572
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>1575</b>